



Compensação Previdenciária

CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Art. 201.

*§ 9º Para fins de aposentadoria, **será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição** entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, **observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.***

CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Art. 201.

*§ 9º-A. O tempo de serviço militar exercido nas atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 e o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social ou a regime próprio de previdência social **terão contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a compensação financeira será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes.***

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTRE OS REGIMES

Lei n. 9.796, de 1999:

Art. 1º A compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na hipótese de contagem recíproca de tempos de contribuição, obedecerá às disposições desta Lei.

CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Decreto n. 10.188, de 2019:

*Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, para dispor sobre a **compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social** dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e **entre os regimes próprios**, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria.*

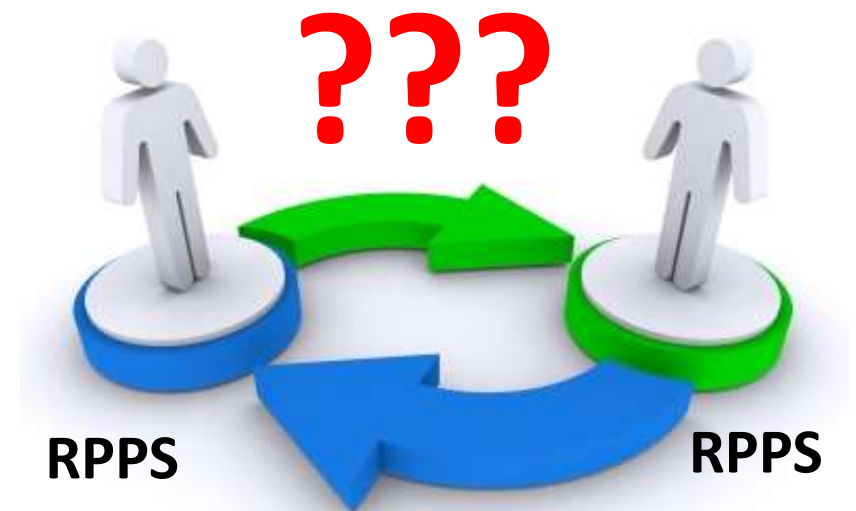
CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Portaria MPS n. 6.209, de 1999:

Art. 1º A compensação previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social - RGPS e os regimes próprios de previdência social, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição, será realizada conforme as disposições contidas na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, no Decreto nº 3.112, de 6 de julho 1999, alterado pelo Decreto nº 3.217, de 22 de outubro de 1999, e nesta Portaria.

OPERACIONALIZAÇÃO DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES



COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES

O CRP deixou de ser exigência para pagamento da compensação:

Art. 7º

.....

IV – suspensão do pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social em razão da Lei no 9.796, de 5 de maio de 1999 (Revogado pela Lei n. 13.846, de 2019).

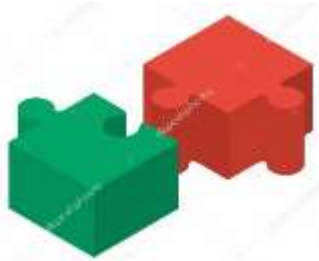
A compensação previdenciária passará a ser critério para o CRP:

Art. 1º

.....

§ 2º Os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios operacionalizarão a compensação financeira a que se referem o § 9º do art. 201 da Constituição Federal e a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, entre si e com o regime geral de previdência social, sob pena de incidirem nas sanções de que trata o art. 7º desta Lei

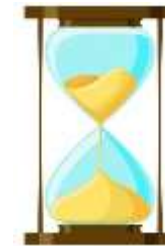
Algumas disposições do Decreto nº 10.188, de 2019.



Unificar Decreto da
Compensação RGPS x RPPS e
RPPS x RPPS.



Estabelecer atualização pela
não análise do requerimento
no prazo estabelecido



Estabelecer o início do prazo
prescricional após o registro
no Tribunal de Contas



Criação do período do
Estoque RPPS



Competência do CRPS para
julgar recursos da
compensação previdenciária



Sanções pela não
participação e pela
inadimplência da
compensação previdenciária



Gestão da compensação pelo
CNRPPS

CONSELHO NACIONAL DOS RPPS



Representantes da União:
2 SPREV
1 SGDP
1 INSS
1 Sindicato



Representantes dos Estados e DF:
2 RPPS
1 Associação Estadual Patronal
1 Tribunal de Contas
1 Sindicato



Representantes dos Municípios:
2 RPPS
1 Associação Municipal Patronal
1 Associação Nac. RPPS
1 Sindicato

CONSELHO NACIONAL DOS RPPS

SPREV: Naron Gutierre (Secretário de Previdência) e Alex Albert (Subsecretário dos RPPS)

SGPD: Fábio Teizo (Secretário-Adjunto de Gestão e Desempenho de Pessoal);

INSS: Leonardo Rolim (Presidente do INSS);

TCE: Ronaldo Ribeiro (Conselheiro Substituto do TCE/MT);

CONAPREV:

Estados: Roberto Moises (Alagoas) e José Roberto (São Paulo);

Municípios: Daniela Benayon (Manaus) e Gleison Pereira (Belo Horizonte);

Associação Nacional de RPPS: João Figueiredo (Abipem);

Associação Patronal Estados: Elliton Oliveira (CONSEFAZ);

Associação Patronal Municípios: Paulo Ziulkoski (CNM);

SERVIDORES:

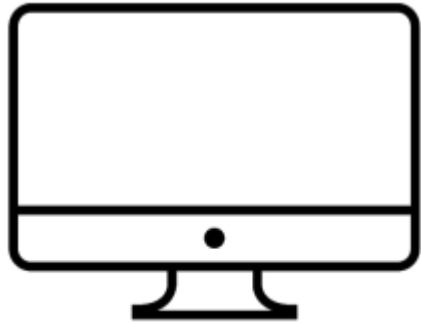
União: Décio Bruno (FONACATE);

Estados e DF: Renilson José Pereira (FENASEPE);

Municípios: Alderi Zanatta (CSPB)

Portaria nº 15.829, de 2020

Portaria nº 15.829, de 2020.



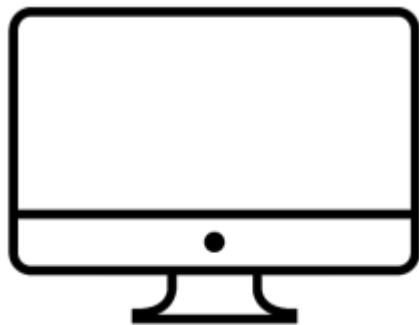
Definição de utilização do
Sistema COMPREV

Art. 1º A compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social - RGPS e os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e destes entre si, de que tratam a Lei nº 9.796, de 1999, e o Decreto nº 10.188, de 2019, **será efetuada por meio do Sistema de Compensação Previdenciária - COMPREV.**

§ 1º **O COMPREV será mantido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos do art. 18 da Portaria MPAS nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999,** até que sejam implementados os procedimentos previstos no art. 10 do Decreto 10.188, de 2019, observado o previsto no art. 5º desta Portaria.

§ 2º A gestão de acesso dos entes federativos ao sistema COMPREV, mantido pelo INSS, poderá ser realizada pela Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social da Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Portaria nº 15.829, de 2020.



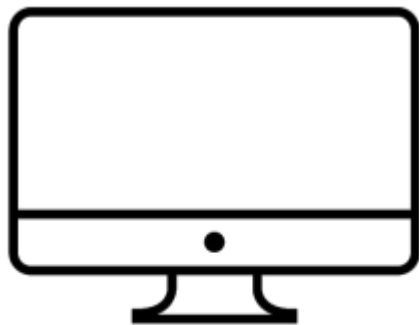
Definição de utilização do
Sistema COMPREV

Art. 5º Nos termos do Decreto nº 10.188, de 2019, para o processamento dos requerimentos de compensação financeira e a utilização do sistema COMPREV, o INSS, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **deverão, até 31 de dezembro de 2021, celebrar termo de adesão com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e contrato com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV.**

§ 1º As diretrizes das relações negociais para a utilização do COMPREV serão estabelecidas pelo Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social, de que trata o art. 18 do Decreto 10.188, de 2019, observando-se que:

- I - na compensação entre o RGPS e os RPPS, **o custeio do sistema será de responsabilidade do INSS até 31 de dezembro de 2021** e de cada regime instituidor a partir de 1º de janeiro de 2022;
- II - na compensação entre os RPPS, **o custeio do sistema será de responsabilidade de cada regime instituidor, a partir de 1º de janeiro de 2021.**

Portaria nº 15.829, de 2020.



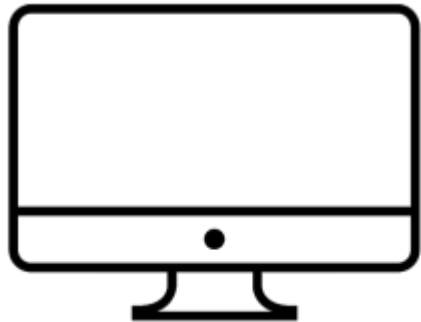
Definição de utilização do
Sistema COMPREV

§ 2º Os requerimentos da compensação financeira entre os RPPS serão apresentados a partir de 1º de janeiro de 2021, por meio do COMPREV, **somente pelos entes federativos que celebrarem o termo de adesão e o contrato de que trata o caput.**

§ 3º O não atendimento ao previsto no caput constituirá causa impeditiva à emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária, de que trata o inciso IV do art. 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, aplicando-se as sanções de que trata o art. 7º da referida Lei e a suspensão do pagamento da compensação financeira devida pelo RGPS.

§ 4º O termo de adesão de que trata caput será definido pela Secretaria de Previdência.

Portaria nº 15.829, de 2020.



Definição de utilização do
Sistema COMPREV

Art. 2º Para utilização do sistema de que trata o art. 1º, **continuam em vigor os acordos de cooperação técnica** celebrados entre a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, com a interveniência do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e os entes federativos, nos termos do art. 23 da Portaria MPAS nº 6.209, de 1999.

Parágrafo único. Enquanto não disponibilizado o termo de adesão a que se refere o § 1º do art. 10 do Decreto nº 10.188, de 2019, continuarão a ser firmados os acordos de cooperação técnica de que trata o caput.

Portaria nº 15.829, de 2020.



Normas da Compensação
Previdenciária

Art. 3º Continuam aplicáveis as normas da Portaria MPAS nº 6.209, de 1999, que não conflitem com o Decreto nº 10.188, de 2019, até que seja disponibilizada a nova versão do COMPREV, em especial quanto:

I - à aplicação da proporcionalidade prevista no art. 19-B da Portaria MPAS nº 6.209, de 2019; e

II - à utilização do valor médio da renda mensal do total dos benefícios pagos pelo INSS, na competência em que se deu o início do benefício no regime instituidor, na hipótese do art. 25 da Portaria MPAS nº 6.209, de 1999.

Portaria nº 15.829, de 2020.



Normas da Compensação
Previdenciária

Art. 6º Nas hipóteses em que o regime de origem não possua informações funcionais ou contributivas individualizadas à época da desvinculação para fins de apuração da renda mensal inicial, nos termos do § 2º do art. 6º do Decreto nº 10.188, de 2019, **será considerado o valor médio da renda mensal do total dos benefícios pagos pelo RGPS** na competência em que se deu o início do benefício no regime instituidor.

Art. 7º Ficam **convalidados os atos praticados a partir de 1º de janeiro de 2020**, que atendam ao disposto nesta Portaria, e que não conflitem com as disposições do Decreto nº 10.188 de 2019.

Portaria nº 15.829, de 2020.



Prazo para análise dos requerimentos.

Art. 4º Nos termos do § 8º do art. 11 do Decreto nº 10.188, de 2019, a partir de 1º de janeiro de 2022, os requerimentos de compensação financeira apresentados pelos regimes instituidores **deverão ser analisados pelos regimes de origem em até 1.080 (mil e oitenta) dias**, sob pena de incidir a mesma atualização dos valores dos recolhimentos em atraso de contribuições previdenciárias arrecadadas pelo RGPS aos requerimentos que ultrapassarem esse prazo.

§ 1º O prazo para análise dos requerimentos previsto no caput será reduzido para:

- I - 540 (quinhentos e quarenta) dias, em 2023;
- II - 360 (trezentos e sessenta) dias, em 2024;
- III - 180 (cento e oitenta) dias, em 2025; e
- IV - 90 (noventa) dias, a partir de 2026.

Portaria nº 15.829, de 2020.



Prazo para análise dos
requerimentos.

§ 3º Para efeitos do caput, serão aplicados:

I - a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculada a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento; e

II - a taxa de um por cento no mês do pagamento.

§ 4º O previsto neste artigo se aplica à compensação financeira entre o RGPS e os RPPS e dos RPPS entre si.

Novo COMPREV: Módulo RGPS x RPPS

Homologação



11 a 27
de maio de 2020
Homologação remota



01 a 24
de junho e julho de 2020
Pré-produção



À definir
Implantação

Novo COMPREV: Módulo RPPS x RPPS

Grupo Técnico

2 - SPREV

1 - SGDP

3 - Estados e DF (PR / GO / SP)

2 - Capitais (Porto Alegre/RS e Belo Horizonte/MG)

2 - Municípios (Paragominas/PA e Porciúncula/RJ)

1 - Associação Nacional RPPS (Abipem)

1 - CNM

1 - Atricon

1 - INSS

Grupo Técnico

- a) participar das **definições e acompanhar o desenvolvimento do módulo de compensação financeira** entre os RPPS no Sistema de Compensação Previdenciária;
- b) fornecer subsídios ao CNRPPS relativos ao **acompanhamento e avaliação de políticas, diretrizes gerais, metas, ações e a aplicação das normas e dos procedimentos de compensação financeira** entre os entes federados.

Obrigado

Leonardo da Silva Motta

Coordenador-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal